

ICMBio

Edição 580 – Ano 13 – 23 de outubro de 2020

em foco

ICMBio lança edital para concessão de Parques no Sul

**Integridade no serviço público:
conheça mais sobre o assédio
moral e sexual**

**Onça-pintada que teve as patas
queimadas é solta na natureza**

ICMBio lança edital para concessão de Parques no Sul

Na semana passada, o ICMBio lançou o edital de concessão dos Parques Nacionais de Aparados da Serra, RS, e Serra Geral, localizado na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O lançamento foi em Cambará do Sul, no RS, e contou com a presença do presidente do ICMBio, Fernando Lorencini.

O edital, elaborado pela equipe do ICMBio, permite ao vencedor da concorrência o direito de investir e desenvolver a área dos parques nacionais por 30 anos, aprimorando a experiência turística e respeitando as normas ambientais específicas.

Atualmente, existem sete parques nacionais concessionados nos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Bahia e Pernambuco. Outros 13 estão em processo de concessão já no novo modelo proposto pelo governo atual. Os próximos editais a serem lançados são os das Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula, ambos na Região das Hortênsias, no RS.

Já o Parque Nacional de Brasília, no DF, e o Parque Nacional de São Joaquim, em SC, foram incluídos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). A decisão permite que os parques sejam concedidos à iniciativa privada para a prestação dos serviços públicos de apoio à visitação e, em contrapartida, o concessionário apoiará ações de conservação, proteção e gestão das unidades de conservação.

“Concessão não é privatização. Na concessão, a União continua sendo a gestora da unidade de conservação. O ICMBio continua a fazer a fiscalização e desenvolver a pesquisa dentro da UC. O que é concedido é a estrutura de visitação, potencializando e ampliando

os atrativos para o visitante”, resalta Marcos de Castro Simanovic, diretor da Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação (Diman/ICMBio). Nesta parceria com a empresa de concessão, contamos com a colaboração nas questões de incêndios florestais, estrutura de vigilância dentro da unidade, exemplifica. Ele cita ainda que as concessões dos Parques Nacionais da Tijuca e do Iguaçu funcionam muito bem há anos, contam com uma boa estrutura para o visitante, e hoje essas duas unidades de conservação são as mais visitadas do ICMBio. “A concessão potencializa a visitação, que acontece de forma ordenada, além de investimentos na unidade. Ganha o visitante e a comunidade do entorno”, resalta o diretor.

Atualmente, o ICMBio mantém contratos de concessões de serviços de uso público nos parques nacionais da Tijuca (RJ), do Iguaçu (PR), da Serra dos Órgãos (RJ), de Itatiaia (RJ), de Fernando de Noronha (PE), da Chapada dos Veadeiros (GO) e do Pau Brasil (Bahia). Os contratos são executados por diferentes empresas licitadas e os serviços abrangem o ingresso

para as unidades, lojas de souvenir, lanchonetes, transporte interno de passageiros, passeios de navegação fluvial, voos panorâmicos de helicóptero, administração de centros de visitantes, trilhas, campings e mirantes.

O Brasil tem enorme potencial para impulsionar a visitação ordenada nas unidades de conservação em todo país, seguindo o plano de manejo e a legislação vigente. Atualmente,

o Brasil tem cerca de 15 milhões de visitas por ano nas unidades de conservação federais, o que traz para o Brasil cerca de 90 mil empregos, R\$ 10,4 bilhões em vendas, R\$ 1,1 bi em impostos, R\$ 2,7 bi em renda e R\$ 3,8 bi em valor agregado ao PIB. O aumento da visitação fará com que esses valores se multipliquem. Estudos, realizados pelo ICMBio, apontam que cada um R\$ 1,00 gasto pelo visitante em uma unidade de conservação se transforma em R\$ 15,00 na economia direta e indireta.

Acervo/ICMBio



Presidente do ICMBio no Parque de Aparados da Serra, em Cambará, durante lançamento do edital para concessão da UC.

ODS relacionados



Fiscais flagram exploração ilegal de madeira em UCs na Amazônia

Os fiscais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o apoio de policiais e servidores de outros órgãos, flagraram a exploração ilegal de madeira nas unidades de conservação da Amazônia. Os responsáveis pelas ilegalidades foram multados, e as madeiras e os veículos apreendidos.

Neste mês, os fiscais, brigadistas, agentes da Força Nacional e servidores do Censipam realizaram uma operação para combater os ilícitos ambientais na Floresta Nacional de Altamira. Na ação, os fiscais aplicaram R\$ 7.543.000,00 em multas, realizaram quatro apreensões (de madeira, veículos e equipamentos), dois embargos de mais de 642 hectares e duas demolições. A Flona, situada no eixo da BR-163, no Pará, sofre intensos crimes ambientais, como desmatamento e atividades de pecuária extensiva.

Também em outubro, fiscais do ICMBio e Policiais Militares realizaram uma operação de fiscalização na Reserva Extrativista do Ciriaco. Eles lavraram três autos de infração, que

somaram R\$ 76.200,00 em multas. A ação foi motivada por denúncia de comunitários que flagraram veículos com toras de madeira, durante a noite, pela estrada vicinal que corta a UC. Com essas informações, a fiscalização montou uma barreira à noite, flagrando três caminhões carregados de madeira irregular.

No Parque Nacional do Jamanxim, na segunda quinzena de setembro, fiscais do ICMBio e da Força Nacional também flagraram exploração ilegal de madeira. As multas foram de R\$ 139.750,00, além de apreensões de madeira e veículo. A equipe contou com o apoio externo de geoprocessamento e técnico habilitado para operar o drone Mavic2-PRO, do Censipam. Os alvos foram planejados a partir das análises das imagens.

Fiscais recolhem madeiras ilegais.



ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

Onça-pintada que teve as patas queimadas é solta na natureza



Ousado, que foi levado dentro da caixa, foi solto na natureza. Na foto, Ronaldo Morato e Fernando Tortato.

Ousado, a onça-pintada que teve as patas queimadas no incêndio no Pantanal, retorna à natureza. O animal, que ficou 35 dias se recuperando das queimaduras nas patas, será monitorado pela equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ele recebeu um rádio colar GPS-Satélite, que fornecerá informações sobre a sua localização, caso seja necessário recapturá-lo. "Caso seja percebida qualquer dificuldade para sua sobrevivência, podemos resgatá-lo", ressalta o analista ambiental do ICMBio Ronaldo Morato.

O ICMBio, junto com diversos parceiros e a Marinha do Brasil, ajudou no resgate e na soltura do animal que, ao longo dos 35 dias, recebeu tratamento no Instituto NEX, em Corumbá de Goiás (GO), com terapia de ozônio e laser, com o apoio da Ampara Animal. Para a soltura, o animal foi transportado por via terrestre até Porto Jofre-Pantanal e depois de barco até o local onde foi resgatado no Pantanal. Nos primeiros dias será acompanhado de perto pelos guias locais e por um pesquisador para

avaliação direta, e será monitorado, através do rádio colar, pela equipe do ICMBio.

A volta do Ousado para casa simboliza o esforço de todos que trabalharam no combate aos incêndios florestais e no resgate da fauna afetada.



Onça-pintada foi resgatada com as patas queimadas e passou 36 dias em tratamento.

ODS relacionados



ICMBio em Foco - nº 580

ICMBio realiza operações na Resex Marinha do Corumbau e nos Parnas do Descobrimento e do Monte Pascoal

Concluída no último dia 5 de outubro, a Operação Bahia Sul 1 focou esforços no combate aos crimes e infrações ambientais na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e nos Parques Nacionais do Descobrimento e do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia. Administradas a partir do escritório do ICMBio em Prado (BA), essas unidades de conservação federais têm sofrido intensa pressão pelo uso indiscriminado de seus recursos naturais. Além disso, o crescente interesse imobiliário na região vem ocasionando ocupação desordenada do território e consequentes prejuízos ao meio ambiente.

A atividade contou com a elaboração de um planejamento prévio, envolvendo a CGPRO, GR-2 e chefes das UCs. Os servidores da REVIS dos Frades também participaram da ação, realizando incursões de campo e sobrevoo de drones. Assim, todos os alvos foram previamente mapeados e informados para a equipe de campo. Outro ponto positivo foi o sobrevoo de todo o Parna Monte Pascoal, gerando informações para subsidiar outras ações de fiscalização.

Na Resex Marinha do Corumbau, com o intuito de ordenar a ocupação dos mangues e restingas, a equipe de fiscalização emitiu notificações aos proprietários de barracas construídas sobre essas áreas de preservação permanente, determinando prazos para desocupação. Manguezais e restingas funcionam como barreiras ao avanço do mar sobre o continente, de modo a fixar dunas e impedir a erosão das áreas litorâneas. Daí a importância destes ambientes naturais e a necessidade de serem mantidos íntegros nas unidades de conservação da natureza e entornos.

A equipe de fiscalização também realizou ações de combate ao saque de madeira do Parque Nacional do Monte Pascoal. As árvores abatidas de forma indiscriminada são invariavelmente de espécies nativas da mata atlântica.



Imagens geraram informações para subsidiar outras ações de fiscalização.

A ação resultou na aplicação de R\$ 600 reais em multa.

Como forma de mostrar vigilância e presença institucional no território, foram feitas barreiras de fiscalização em pontos estratégicos de acesso às UCs com o intuito de interceptar caçadores e transportadores de madeira retirada irregularmente das unidades de conservação.

No mar da Resex Marinha do Corumbau, a equipe de fiscalização do ICMBio, em cooperação com a Capitania dos Portos de Porto Seguro, realizou ações visando principalmente

o cumprimento do defeso do camarão, que na região vai de 15 de setembro a 31 de outubro. Estas rondas resultaram em multas e apreensão de petrechos de pesca e embarcações envolvidas nas infrações ambientais flagradas, especificamente a pesca do camarão em período proibido.

As primeiras queimadas já começaram a ocorrer na região, sendo mais um elemento de preocupação para a equipe de gestão dessas unidades de conservação. Em campo, a equipe de fiscalização fez investigações com o propósito de identificar e responsabilizar os culpados por iniciar um incêndio criminoso, que afetou 12 hectares de mata atlântica em avançado estágio de regeneração no interior do Parna do Descobrimento.

A operação Bahia Sul contou com a colaboração da Capitania dos Portos de Porto Seguro/Marinha do Brasil e da Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (CIPPA/PMBA) de Porto Seguro. As informações de inteligência foram levantadas pela equipe do ICMBio Porto Seguro, e foram fundamentais para os bons resultados alcançados na operação.

RESUMO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÕES

Foram lavradas 5 notificações por construções irregulares, 8 autos de infração, além das medidas cautelares aplicadas de apreensão de redes de pesca, pescado, madeira, barco e motocicletas. O valor total das multas aplicadas foi de R\$ 8.000,00, e os bens apreendidos foram estimados em R\$ 40.220,00.

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros



CPB completa 19 anos

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (ICMBio/CPB) completou 19 anos de existência em 18 de outubro. Criado em 2001, como um Centro Especializado do IBAMA, passou a compor a estrutura do ICMBio, quando este Instituto foi criado, em 2007. O Centro tem atuação em todo o território nacional e coordena as estratégias para a conservação dos primatas e xenartras (tatus, tamanduás e preguiças) brasileiros. Atualmente, a equipe do centro está composta por 12 servidores, três bolsistas e três funcionários terceirizados. Após ter ficado vários anos sediado no Centro Histórico de João Pessoa, no ano passado o CPB inaugurou sua nova sede na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, na Paraíba.

Em termos de planejamento estratégico para a conservação de espécies, o ICMBio/CPB já coordenou um ciclo completo de Avaliação do Risco de Extinção das espécies, que culminou com a publicação da Portaria nº 444 /2014, do MMA, a qual traz a lista vigente de mamíferos ameaçados de extinção. As oficinas do segundo ciclo já foram realizadas e, atualmente, estão sendo consolidadas as fichas para validação e subsequente publicação da nova lista de espécies ameaçadas. Os Planos de Ação Nacionais (PANs) para a conservação de espécies ameaçadas de extinção também se encontram no segundo ciclo, sendo que o ICMBio/CPB coordena cinco PANs e todos os primatas e xenartras ameaçados estão contemplados com estratégias para sua conservação. O Centro também vem liderando a estruturação do processo de manejo populacional para a conservação de espécies ameaçadas, além de contribuir com o Plano de Redução de Impactos (PRIM) e diversos processos de Licenciamento Ambiental.

No campo da pesquisa, a equipe do ICMBio/CPB participou da publicação de mais de 100 artigos em periódicos científicos, além de cartilhas, capítulos e centenas de resumos em eventos científicos. Estes trabalhos contribuíram para a descrição de novos táxons, definição de limites de distribuição geográfica, mapeamento de áreas de ocorrência, caracterização ecológica e genética, diagnóstico sobre ameaças, modelagens espaciais e várias outras informações relevantes para a conservação de diversas espécies. O Centro também vem tendo um papel central na validação e análise de dados sobre mamíferos gerados pelo protocolo básico do componente florestal do Programa Monitora, contribuindo para gerar informações para 35 unidades de conservação federais, especialmente na Amazônia. Além disso, o ICMBio/CPB é responsável por analisar solicitações para atividades com finalidade científica ou didática envolvendo primatas e xenartras brasileiros, tendo emitido mais de mil autorizações por meio do SISBIO.

O ICMBio/CPB mantém o Banco de Material Biológico de Primatas Brasileiros (BIOPRIM), com centenas de indivíduos e dezenas de espécies representados, possibilitando o desenvolvimento de investigações em genética e medicina da conservação, por exemplo. O Centro também promove a capacitação de pessoal, orientando estudantes de diversos níveis, ministrando cursos e palestras e integrando bancas acadêmicas. A difusão de informações qualificadas sobre os grupos taxonômicos enfocados pelo Centro e sobre as atividades para sua conservação tem sido outra frente de atuação deste centro, utilizando meios como páginas de internet e de intranet, instagram, facebook, lives, entre outros.

Parabenizamos o ICMBio/CPB por todas as conquistas ao longo de seus 19 anos de existência e agradecemos a todos os parceiros e colaboradores que contribuíram para essa construção. Por fim, desejamos mais sucesso nos próximos desafios para a conservação da biodiversidade brasileira!

Integridade no serviço público: conheça mais sobre o assédio moral e sexual

Assédio moral e sexual entrou na pauta da Controladoria-Geral da União (CGU), que criou uma série de conteúdos sobre o tema Integridade Pública para apoiar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal a implementar Programas de Integridade. Segundo a CGU, promover uma cultura de integridade no serviço público é requisito essencial para o aumento da confiança da sociedade no Estado e em suas instituições. Manter um alto nível de integridade e desenvolver uma cultura organizacional baseada em elevados valores padrões de conduta constitui política pública fundamental a ser constantemente promovida e incentivada pelos governantes e gestores.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é uma pedra fundamental da boa governança, uma condição para que todas as outras atividades do Governo não só tenham confiança e legitimidade, mas também que sejam efetivas. Por isso, combater o assédio moral e sexual no ambiente das instituições públicas constitui uma ação fundamental para o êxito dessa política.

O QUE É ASSÉDIO MORAL?

Para a configuração de assédio moral é necessária que a conduta seja reiterada e prolongada no tempo, com a intenção de desestabilizar emocionalmente a vítima. Episódios isolados podem até caracterizar dano moral, mas não necessariamente configuram assédio moral. O assédio pode ser configurado como condutas abusivas exaradas por meio de palavras, comportamentos, atos, gestos, escritos que podem trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em

perigo o seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. No site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o assédio moral é definido da seguinte forma: “toda conduta abusiva, a exemplo de gestos, palavras e atitudes que se repitam de forma sistemática, atingindo a dignidade ou integridade psíquica ou física de um trabalhador”.

Exemplos:

- Contestar ou criticar constantemente o trabalho da pessoa.
- Sobrecarregá-la com novas tarefas ou deixá-la propositalmente no ócio, provocando a sensação de inutilidade e incompetência.
- Ignorar deliberadamente a presença da vítima.
- Divulgar boatos ofensivos sobre a sua pessoa.
- Dirigir-se a ela aos gritos.
- Ameaçar sua integridade física.

Consequências que o assédio moral pode trazer:

- Diminuição da autoestima do servidor.
- Desmotivação.
- Produtividade reduzida.
- Rotatividade de pessoal.
- Aumento de erros e acidentes.
- Absenteísmo.
- Licenças médicas frequentes.
- Exposição negativa do nome do órgão ou instituição.

O QUE É ASSÉDIO SEXUAL?

O Ministério Público do Trabalho, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, na cartilha “Assédio Sexual: Perguntas e Respostas”, define o assédio sexual no ambiente de trabalho como “a conduta de natureza sexual, manifestada fisicamente, por palavras, gestos ou outros meios, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual”. Ainda na mesma publicação, temos que “o assédio sexual viola a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais da vítima, tais como a liberdade, a intimidade, a vida privada, a honra, a igualdade de tratamento, o valor social do trabalho e o direito ao meio ambiente de trabalho sadio e seguro. De cunho opressivo e discriminatório constitui violação a Direitos Humanos”.

ALGUNS ASPECTOS DESSE TIPO DE VIOLÊNCIA:

Assédio sexual se caracteriza por uma ação reiterada, mas dependendo do caso pode até ser considerado como um ato único, em que a vítima, que pode ser mulher ou homem, acaba sendo intimidada com incitações sexuais inoportunas. (Márcia Bessa, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e gestora do Programa Trabalho Seguro).

Para o conceito de assédio sexual é determinante o comportamento subsequente à não aceitação da proposta de índole sexual. Assim, se a outra parte não se mostra inclinada a aceitar essa proposta e mesmo assim continua sendo abordada na mesma direção, nesse momento surge a figura do assédio sexual. (José Wilson Ferreira Sobrinho).

Assédio sexual insere-se no contexto de um problema mais amplo, o da violência laboral, definida por Barreto e Heloani como todas as formas de comportamento agressivo ou

abusivo que possam causar dano físico, psicológico ou desconforto em suas vítimas. (Karla Valle, Assistente Social do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região).

Assédio sexual por chantagem

- Ocorre quando há a exigência de uma conduta sexual, em troca de benefícios ou para evitar prejuízos na relação de trabalho.
- Assédio sexual por intimidação ou ambiental.
- Ocorre quando há provocações sexuais inoportunas no ambiente de trabalho, com o objetivo de prejudicar a atuação laboral de uma pessoa ou de criar uma situação ofensiva, de intimidação ou humilhação.

Consequências que o assédio sexual pode trazer:

- Depressão, angústia, estresse, crises de choro, mal-estar físico e mental.
- Cansaço exagerado, falta de interesse pelo trabalho, irritação constante.
- Insônia, alterações no sono, pesadelos.
- Diminuição da capacidade de concentração e memorização.
- Isolamento, tristeza, redução da capacidade de se relacionar com outras pessoas e fazer amizades.
- Sensação negativa em relação ao futuro.
- Aumento de peso ou emagrecimento exagerado, aumento da pressão arterial, problemas digestivos, tremores e palpitações.
- Sentimento de culpa e pensamentos suicidas.
- Uso de álcool e drogas.
- Tentativa de suicídio.

COMO DENUNCIAR

Antes de fazer uma denúncia no âmbito do assédio, seja sexual ou moral, é importante que o denunciante tente obter comprovação do assédio contra si (mensagens, vídeos, gravações etc.), pois as provas trazidas contribuirão e facilitarão a apuração da conduta irregular, trazendo materialidade e autoria à denúncia. Caso o assédio ocorra na presença de outras pessoas, também é importante registrar datas e testemunhas do assédio, para que estas, porventura, sejam ouvidas no âmbito da apuração.

Após a reunião das comprovações, a denúncia deverá ser registrada para que seja feita a apuração formal, a qual poderá ensejar a aplicação de uma penalidade, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa. Conforme previsto no artigo 10º da Lei nº 13.460/2017, a denúncia deverá ser dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade, mas, sendo o assediado servidor público, poderá também representar pela via hierárquica, conforme

previsto na Lei nº 8.112/90. Neste caso, sendo o assediador o chefe imediato, a denúncia deverá ser encaminhada à autoridade superior. Dada a natureza da impropriedade, que normalmente não é registrada em documentos oficiais e que é direcionada a pessoas específicas, faz-se necessário que conste, na denúncia, identificação dos agentes assediador e assediado.

No caso da denúncia recebida pela ouvidoria, esta procederá à análise preliminar, procedimento que não consiste em investigação. Em seguida, deverá ser encaminhada para a unidade correcional do órgão para análise e possível apuração/investigação. Sendo recebida pela via hierárquica, a autoridade, de igual forma, deverá encaminhar para a unidade correcional do órgão.

#INTEGRIDADE SOMOS TODOS NÓS**INTEGRIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO**

Promover uma cultura de integridade no serviço público é requisito essencial para o aumento da confiança da sociedade no Estado e em suas instituições.

A busca pela integridade pública tem norteado a adoção de diversas iniciativas no Governo Federal, que envolvem:

- O aumento da transparência
- A gestão adequada de recursos
- A adoção de mecanismos de punição de agentes públicos por desvios
- O estreitamento do relacionamento do Estado com a população.

**FIQUE DE OLHO!**

Integridade pública interessa a todos

www.gov.br/cgu/integridade

INTEGRAT+

Programa de Integridade do ICMBio

ODS relacionados

www.icmbio.gov.br

PAN Papagaios comemora com arte o Dia das Crianças

O Programa Papagaios do Brasil integra ações de conservação de seis espécies contempladas pelo PAN Papagaios com diferentes graus de ameaça, que são papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*), papagaio-charão (*Amazona pretrei*), papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*) e papagaio-moleiro (*Amazona farinosa*). As espécies habitam diferentes biomas do país e, além do tráfico, enfrentam a redução do seu habitat.

“As seis espécies são contempladas pelo Plano de Ação Nacional para a Conservação

dos Papagaios, o PAN Papagaios, que engloba um conjunto de atividades voltadas ao combate das principais ameaças a esses animais”, explica Patrícia Serafini, analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave) e coordenadora do PAN Papagaios desde 2012. Elenise Sipinski, coordenadora do Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa, realizado pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), e coordenadora executiva do PAN Papagaios, afirma que a união de diferentes instituições garante resultados mais efetivos na conservação da natureza.

Considerando esta importante união de diversos projetos de conservação e diferentes instituições no PAN Papagaios, os pesquisadores aproveitaram para homenagear as crianças na semana de seu dia unindo arte à conservação. O resultado é uma série de vídeos curtos com poemas de autoria de Joema Carvalho e criados especialmente como uma homenagem do Programa Papagaios do Brasil para as crianças e para a biodiversidade. É com a natureza protegida que as crianças podem ter um bom futuro e a conservação dos papagaios a longo prazo dependerá delas. Confira o lançamento dos vídeos do Programa Papagaios do Brasil [aqui](#).

Além dos vídeos, diversos materiais foram desenvolvidos e disponibilizados para as crianças, como um álbum de figurinhas, um livreto e gibis. Este material pode ser baixado neste [link](#) e outros estão disponibilizados na página do Programa.

O PAN Papagaios conta com o apoio do Programa Papagaios do Brasil através da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e realização da SPVS, ICMBio/Cemave, Projeto Papagaio Verdadeiro/Fundação Neotrópica, Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA) e Parque das Aves. O Programa segue as diretrizes do PAN Papagaios e tem ações previstas até 2021, entre atividades de educação para conservação da natureza, pesquisas e participação de instituições públicas e privadas.

: Capa do álbum Papagaios.

ODS relacionados



PAN Campos Sulinos é avaliado em oficina

Na última semana, foi realizada virtualmente a 3ª Oficina Anual de Monitoria e a Avaliação Intermediária de Implementação do segundo ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves dos Campos Sulinos. A oficina contou com 11 participantes, com o grupo assessor estratégico do PAN, pesquisadores e gestores convidados. Além de avaliar a implementação de cada uma das ações vigentes, foram promovidos ajustes e revisão de estratégias. Os pesquisadores também avaliaram os indicadores relacionados à efetividade do PAN em atingir as metas estabelecidas.

O PAN Aves dos Campos Sulinos propõe ações para reduzir o grau de ameaça de 18 espécies de aves consideradas ameaçadas de extinção. Estabelece de maneira concomitante estratégias para conservação de outros nove táxons considerados beneficiados, sendo oito categorizados nacionalmente como NT (Quase Ameaçado), todos compartilhando pressões semelhantes relacionadas à perda e alteração de habitat, sendo que algumas destas espécies são alvo ainda da captura ilegal.

Esse PAN também se integra ao Plano de Ação Internacional (PAI), que trata da conservação de espécies migratórias associadas a ambientes de campos naturais na América do Sul. Atualmente, representantes da Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil se dedicam a implementar as ações constantes neste PAI elaborado conjuntamente. Ainda, em setembro de 2020, participaram de **oficina virtual** promovida pela Convenção sobre



Capa do PAN Campos Sulinos.

Espécies Migratórias (CMS) para a monitoria de sua implementação.

O bioma dos Campos Sulinos compreende um dos sete grandes biomas brasileiros e ocupa uma área de 210 mil quilômetros quadrados. Predominam comunidades vegetais com postas por espécies de gramíneas de valor forrageiro, leguminosas úteis ao pastoreio e também outras plantas herbáceas. Os Campos Sulinos apresentam uma biodiversidade significativa e singular, porém são crescentes as pressões que têm

reduzido, fragmentado e alterado essas áreas naturais. Além disso, este ambiente também serve de área de reprodução ou invernagem a muitas espécies de aves migratórias.

Entre as sub-regiões dos campos sulinos, destaca-se o espinilho, que possui espécies de aves restritas a essa formação (savana de arvoretas espinhentas e retorcidas típica da extremidade oeste do Rio Grande do Sul), sendo o único ambiente de ocorrência de algarrobos (*Prosopis nigra* e *Paffinis*) no Brasil, espécie vegetal ameaçada e de difícil regeneração. A perda e a descaracterização do espinilho são as principais ameaças às espécies endêmicas desta fitoformação, extensas áreas originalmente recobertas por essa formação foram convertidas em lavouras de arroz. No Brasil, os maiores fragmentos de espinilho totalizam 1.200 hectares e estão localizados no Parque Estadual do Espinilho.

ODS relacionados



Soldadinho-do-araripe, ave
endêmica do Ceará.



Ciro Albano

Pesquisadores monitoram conservação do Soldadinho-do araripe

Os pesquisadores do Cemave se reuniram, entre 7 a 8 de outubro, para monitorar o segundo ciclo de gestão do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*). A espécie é endêmica do Ceará, vive nas encostas da Chapada do Araripe, nos municípios de Crato, Barbalha e Missão Velha, e é categorizada como Criticamente em Perigo de Extinção. As principais ameaças são a perda de habitat decorrente da expansão agropecuária e urbana, bem como dos incêndios florestais e o uso desordenado dos recursos hídricos.

A oficina, realizada em ambiente virtual, contou com a participação de membros do Grupo de Assessoramento Técnico do PAN e colaboradores da região da Chapada do Araripe. Durante a oficina foi avaliado o andamento de cada uma das 41 ações do PAN e propostos alguns ajustes. Algumas ações tiveram seu andamento interrompido ou prejudicado por causa das restrições impostas

pela pandemia de COVID-19. Contudo, essas ações deverão ser retomadas.

Foram criadas algumas ações, uma delas considerando a necessidade de iniciar experimento com manejo ex situ de *Antilophia galeata* (espécie não ameaçada) para servir de modelo para o soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*), caso seja necessária a criação em cativeiro da ave no futuro. Outras ações novas propostas visam aprimorar o manejo de recursos hídricos em benefício da espécie, garantir maior proteção ao habitat, manter a conectividade na sua extensão de ocorrência e articular o reconhecimento do Mosaico Estadual da Chapada do Araripe.

O PAN Soldadinho-do-araripe é coordenado pelo CEMAVE e sua coordenação executiva compete à Aquasis, instituição parceira e responsável pela implementação de boa parte das ações do PAN. Saiba mais sobre o PAN Soldadinho-do-araripe [aqui](#).

ODS relacionados

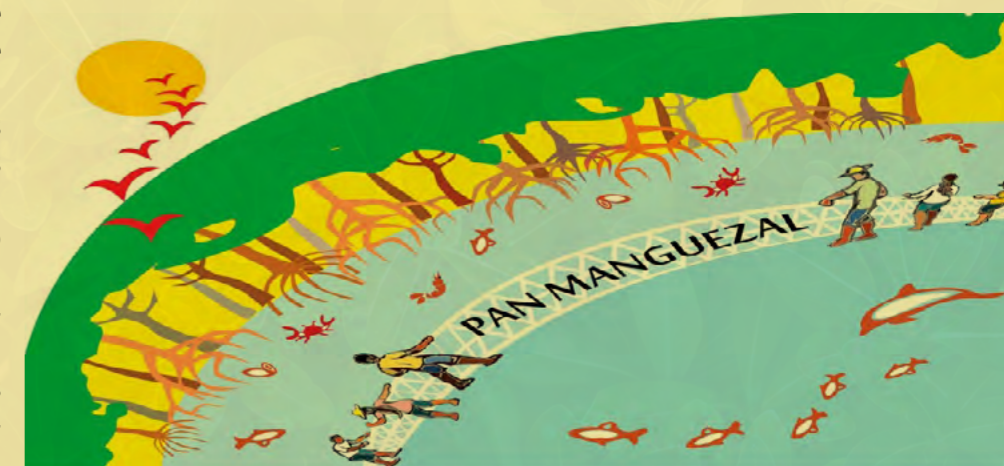


PAN Manguezal inicia processo de Avaliação Final

O primeiro ciclo de atuação do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal - PAN Manguezal encerrou em janeiro de 2020. Agora, serão medidos os resultados alcançados do PAN Manguezal, dentro do processo de avaliação final, que acontece até 19 de dezembro. Para isso, em parceria com o Projeto TerraMar (MMA-GIZ) e HabitatGeo, será realizado um amplo processo de consulta e diálogo com a rede de atores do PAN.

A primeira da monitoria final das ações será por meio de um formulário virtual, reunindo informações sobre as conquistas, desafios e aprendizados obtidos na implementação das ações do PAN nas diferentes regiões do Brasil. Portanto, os articuladores e colaboradores de ações, membro de comissões, integrantes das instituições parceiras, extrativista e conhecedores dos manguezais estão convidados a preencher o formulário de monitoramento das ações. Em caso de dúvidas, o interessado pode entrar em contato pelos e-mails nptbase.sc@icmbio.gov.br e contato@habitatgeo.com.br

Desde 2015, o ICMBio, em parceria com uma ampla rede de atores, vem realizando



Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal na Costa Brasileira.

O PAN Manguezal é coordenado pelo CNPT

ações para a proteção, conservação e uso sustentável do ecossistema manguezal na costa brasileira. O PAN Manguezal é coordenado pelo CNPT, e tem como objetivo aumentar o estado de conservação dos manguezais brasileiros, reduzindo a degradação e protegendo as espécies-alvo, mantendo suas áreas e usos tradicionais a partir da integração entre as diferentes instâncias do poder público e da sociedade, incorporando os saberes acadêmicos e tradicionais até 2019.

Foram mais de 60 ações realizadas pelo poder público, povos e comunidades tradicionais, pesquisadores e representantes da sociedade civil, buscando conservar as áreas de manguezal, promovendo a integração de políticas públicas, a valorização do conhecimento local e o diálogo de saberes acadêmicos e tradicionais.

ODS relacionados



BioBrasil: lançamento do fluxo contínuo

Uma das novidades da revista Biodiversidade Brasileira em 2020 foi o recebimento de submissões em fluxo contínuo, além das edições temáticas. Com muita satisfação, a editora-chefe, Keila Rêgo Mendes, e o Conselho Editorial comunicaram, na quarta-feira (20), o lançamento da primeira publicação nessa modalidade. A edição foi dedicada ao colega Wellington Fernando Peres Silva, falecido ao tentar combater o incêndio no Parque Nacional das Emas, em Goiás.

Confira os artigos:

Redescoberta de *Dalechampia riparia* L.B. Sm & Downs (Euphorbiaceae), Espécie Endêmica de Santa Catarina, Brasil.

Medical, Therapeutic and Pharmaceutical Use of *Cyperus articulatus* L. a Review.

Aquatic Birds at the Taimã Ecological Station: Seasonal Variation of Community Structure and the Importance of Protected Areas in the Pantanal.

Conhecimento Ecológico Local (CEL) na Avaliação do Estado de Conservação de Espécies de Interesse Socioeconômico: Integrando Saberes na Gestão do REVIS Ilha dos Lobos.

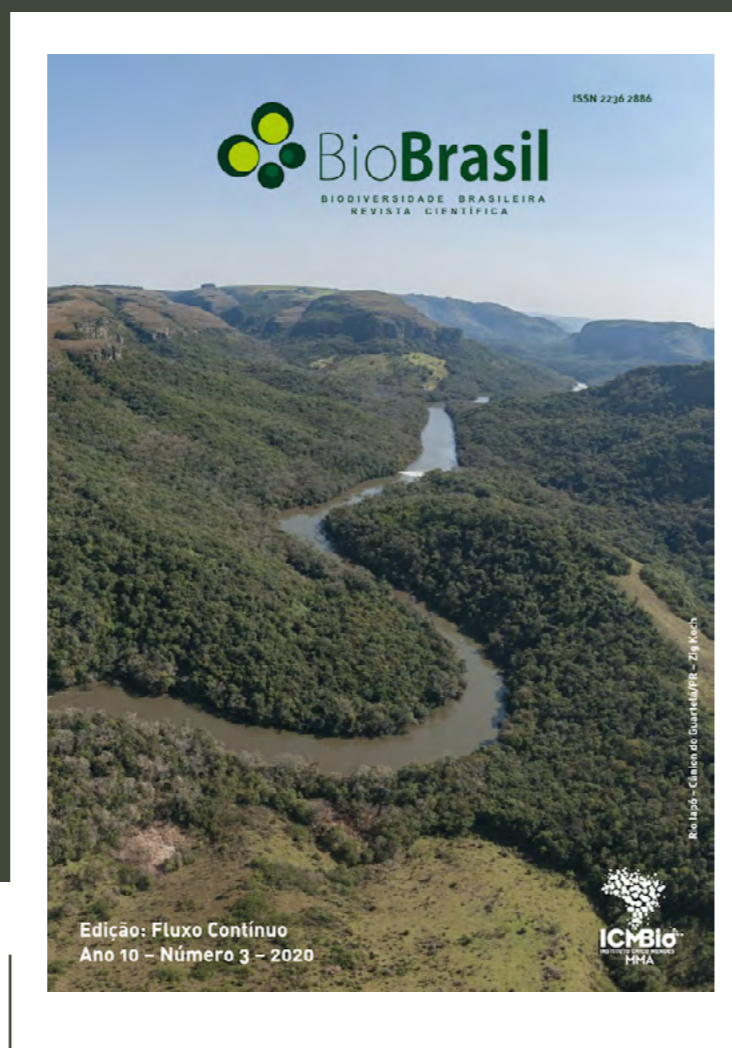
Perfil Socioeconômico dos Produtores Rurais da Comunidade de Timborana, no Município de Bragança, Pará.

Influência da Exploração Florestal nas Populações de Espécies Ameaçadas de Extinção na FLONA do Jamari, RO.

Resilience of Above-ground Biomass in Experimental Areas in the Eastern Brazilian Amazon · New Records of the White-lipped Peccary (*Tayassu pecari* Link, 1795) for Southern Brazil.

Priprioca (*Cyperus articulatus* var. *nodosus*, Cyperaceae) Hydrolate as Larvicidal against *Aedes aegypti*.

Diagnóstico da Gestão do Uso Público no Parque Estadual do Guartelá, Paraná.



BioBrasil: chamadas abertas

Além do recebimento em fluxo contínuo, a BioBrasil está atualmente com quatro chamadas abertas. Publique com a gente! Confira os detalhes na página da revista, em <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR>

CHAMADA

PRAZO PARA SUBMISSÃO

Manejo Comunitário de Recursos Naturais

Até 30/10/2020

Análise de Componentes do Sistema Climático e a Biodiversidade no Brasil

Até 30/11/2020

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic/ICMBio: Resultados dos Projetos

Até 15/11/2020

Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas

Até 30/03/2020

Curta

ICMBio suspende reajuste de ingressos e serviços em UCs

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) publicou, no dia 19 de outubro, portaria suspendendo a aplicação de reajustes dos valores dos ingressos e dos serviços de uso público nas unidades de conservação federais por um período de seis meses. O reajuste acontece anualmente, mas, em razão da pandemia, foi suspenso.

No caso dos Parques Nacionais da Tijuca (RJ), do Iguaçu (PR), da Serra dos Órgãos (RJ), de Itatiaia (RJ), de Fernando de Noronha (PE), da Chapada dos Veadeiros (GO) e do Pau Brasil (Bahia), onde a visitação pública está delegada a terceiros sob as modalidades de concessão, permissão e autorização, o concessionário também poderá optar pela suspensão do reajuste.

ICMBio determina volta ao trabalho presencial aos ocupantes de cargos comissionados

O presidente do ICMBio determinou em Portaria publicada o retorno ao trabalho presencial dos servidores que ocupam cargos comissionados (Direção e Assessoramento Superior (DAS), Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) e Função Gratificada (FG)). Todos esses servidores devem comparecer ao trabalho presencial no dia 26 de outubro. Segundo a Portaria, a regra também se aplica aos servidores designados como substitutos eventuais e que estejam no exercício do encargo devido ao afastamento, impedimento legal ou regulamentar do titular por vacância do cargo.

A Portaria também estabelece situações que dispensam os cargos comissionados de retornar ao trabalho presencialmente, podendo continuar em teletrabalho, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Mais informações, acesse [aqui](#).

CGPRO realiza ações em 18 unidades de conservação federais

Os relatórios consolidados da CGPRO, de 9 a 15 de outubro, apontam a participação de 69 agentes de fiscalização do ICMBio e 42 policiais militares nos combates aos crimes ambientais em 18 em unidades de conservação federais. As operações resultaram em 49 autos de infração, R\$ 1.027.490,00 aplicados em multas, 36 apreensões, 2.305,55 hectares embargados e 10 destruições.

Portaria que interrompia os prazos processuais foi suspensa

O presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fernando Lorencini, determinou a suspensão da Portaria nº 226, de 21 de março, que interrompia os prazos processuais por tempo indeterminado, a contar de 23 de março de 2020, nos feitos físicos e eletrônicos em trâmite no âmbito da autarquia. A nova Portaria nº 1.010, publicada no Diário Oficial de 15 de outubro de 2020, suspende a Portaria nº 226, tornando-a sem efeito, e os prazos processuais correm normalmente.

A decisão, na época, fez parte do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Carla de Oliveira

Projeto Gráfico

DCOM

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Marjore de Carvalho Malaquias

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjore de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Babi Neumann

Colaboraram nesta edição

Carla de Oliveira/DCOM, Patricia Pereira Serafini/Cemave, Ronny Freitas/CNPT, Roberta Graf, Fernanda Oliveto, Ronaldo Morato/Cenap, GR 2 - Nordeste.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP:
70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br -
www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL